

Clipping Diário

TJPI



31.10.2017



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
180 GRAUS	31.10.2017	-	BASTIDORES

O erro que atrapalhou por anos o julgamento de Djalma Filho no Tribunal do Júri

PRONTO. AGORA PODE JULGAR?

Quando se vê uma decisão como essa, agora reformada, que acabou por dar fôlego aos propósitos do ex-vereador de Teresina Djalma Filho frente à sua batalha para tentar protelar o seu julgamento o máximo possível até prescrever o crime (ou mesmo provar a sua inocência, em meio aos indícios de autoria, que para as autoridades são fortíssimos), se imagina o quão membros do poder judiciário, por vezes, podem estar desconectados daquilo que estudantes, até os mais reles dentre aqueles que fazem concursos públicos, por exemplo, precisam se ater: a atualidade do meio que os cercam e os seus principais acontecimentos em todos os âmbitos esferas.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
PORTAL AZ	31.10.2017	-	ARIMATÉIA AZEVEDO

O êxito do 8º Conid

A Uninovafapi realizou evento jurídico do mais alto nível, semana passada semana, trazendo para a mesa de debates, perante o seu corpo de alunos e professores, intelectuais dos mais diversos campos do Direito, todos notáveis e reconhecidos nacionalmente. A ideia foi examinar e debater temas jurídicos relevantes e contemporâneos, com o propósito de aprofundar e atualizar informações e conhecimentos, visando a formação de uma consciência crítica acerca do Direito brasileiro atual. Cercado de justa expectativa, o auditório da Uninovafapi esteve lotado todos os dias com importantes palestras que mobilizaram alunos e professores, inclusive de outras faculdades. Profissionais como o constitucionalista Pedro Lenza, o promotor e deputado estadual de São Paulo, Fernando Capez e o juiz Fernando Martínez, da Bahia, foram destaques, entre os notáveis que vieram de outros Estados. O Congresso Interdisciplinar de Direito (Conid), se realizou em sua oitava edição. Professor, Mestre, Doutor, o promotor Fernando Capez também foi entrevistado no Café com Informação (que vai ao ar na Band-PI no próximo sábado, 04) e www.portalaz.com.br, ocasião em que foi fustigado com perguntas do mais alto nível de especialistas do Direito, especialmente porque esteve presente o desembargador Edvaldo Moura, reconhecido como eminente processualista penal do Piauí, e a colaboração deste jornalista, agora igualmente estudioso das questões do Direito Brasileiro.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	31.10.2017	-	POLÍTICA

Nova central no TJ vai impedir que presos sejam soltos antes ou depois do prazo

Servidores da Corregedoria-geral de Justiça e da Secretaria de Justiça irão atuar na Central de Alvarás de Soltura.

O Governo do Estado e o Poder Judiciário inauguraram na manhã desta segunda-feira (9) a Central de Alvarás de Soltura (CAS) da comarca de Teresina, que terá a finalidade de monitorar o cumprimento das ordens judiciais de liberação de presos no Piauí.

Segundo o juiz José Vidal de Freitas Filho, titular da Vara de Execuções Penais de Teresina, a nova central vai permitir que sejam evitadas duas falhas graves: a liberação de presos antes do prazo correto ou a permanência deles no sistema prisional além do prazo determinado em sentença.

Antes da inauguração da Central de Alvarás de Soltura, a análise dos processos dos presos que deveriam ser soltos era feita apenas por servidores da Diretoria da Unidade de Administração Penitenciária da Secretaria Estadual de Justiça.

"O Judiciário é quem decide sobre decretação de prisão e sobre a soltura do preso. Acontece que às vezes a pessoa está presa por mais de um processo. Há casos em que está presa por dois processos em Teresina, ou por um processo em Teresina e outro no interior, ou até por processo de outro estado. E é preciso, então, quando um juiz manda soltar, examinar se não há outra ordem de prisão, porque a pessoa só pode ser solta se não houver mais nenhuma pena a cumprir. Essa checagem antes era feita somente pela Secretaria de Justiça, e havia problemas por conta das dificuldades estruturais da pasta. Era raro, mas às vezes acontecia de alguns presos serem soltos mesmo havendo outra ordem de prisão. Da mesma forma, algumas pessoas que deveriam ser soltas continuavam encarceradas porque havia dificuldade nessa checagem se haveria ou não outra pena a cumprir", explica Vidal de Freitas.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	31.10.2017	-	POLÍTICA

Seis servidores irão atuar na nova central, três do Poder Judiciário e três da Sejus. Para garantir mais segurança na execução dos alvarás de soltura, os servidores farão o cruzamento de dados de sistemas como Themis Web, do Sistema Eletrônico de Execução Unificado e do Banco Nacional de Mandados de Prisão.

Para o subsecretário de Justiça da Sejus, Carlos Edilson Sousa, a nova central vai aprimorar a segurança pública do estado. Ele afirma que as falhas que eram observadas anteriormente ocorriam por conta da grande quantidade de processos que era analisada pelos servidores da secretaria. "A demanda era grande e, como nós tínhamos poucos servidores, essa análise acabava demorando um pouco mais. Agora haverá uma meta na central. Todo o dia os servidores receberão os alvarás até o meio-dia, e, durante a tarde, esses alvarás deverão ser cumpridos", pontua o subsecretário.

O desembargador Ricardo Gentil, corregedor-geral da Justiça do Estado do Piauí, e o secretário estadual de Justiça e Direitos Humanos, Daniel Oliveira, também participaram da solenidade de inauguração da Central de Alvarás de Soltura, que está funcionando numa sala no quinto andar do Fórum Cível e Criminal Desembargador Joaquim de Sousa Neto.

A medida leva em consideração a Resolução 108, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que trata sobre o imediato cumprimento dos alvarás de soltura, e a necessidade de melhor controlar a liberação de presos por ordem judicial.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	31.10.2017	CAPA	POLÍTICA





PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	31.10.2017	2	POLÍTICA

FPM



Assis Fernandes/OCBA

Central impedirá que presos sejam soltos antes do prazo

Central de Alvarás de Soltura vai monitorar o cumprimento das ordens judiciais de liberação de presos no Piauí

Cícero Portela
Repórter

O Governo do Estado e o Poder Judiciário inauguraram na manhã de ontem (9) a Central de Alvarás de Soltura

(CAS) da comarca de Teresina, que terá a finalidade de monitorar o cumprimento das ordens judiciais de liberação de presos no Piauí.

Segundo o juiz José Vidal de Freitas Filho, titular da Vara de Execuções Penais de Teresina, a nova central vai permitir que sejam evitadas duas falhas graves: a liberação de presos antes do prazo correto ou a permanência deles no sistema prisional além do prazo determinado em sentença.

Antes da inauguração da Central de Alvarás de Soltura, a análise dos processos dos presos que deveriam ser soltos era feita apenas por servidores da Diretoria da Unidade de Administração Penitenciária

da Secretaria Estadual de Justiça.

"O Judiciário é quem decide sobre decretação de prisão e sobre a soltura do preso. Acontece que às vezes a pessoa está presa por mais de um processo. Há casos em que está presa por dois processos em Teresina, ou por um processo em Teresina e outro no interior, ou até por processo de outro estado. E é preciso, então, quando um juiz manda soltar, examinar se não há outra ordem de prisão, porque a pessoa só pode ser solta se não houver mais nenhuma pena a cumprir. Essa checagem antes era feita somente pela Secretaria de Justiça, e havia problemas por conta das dificuldades

estruturais da pasta. Era raro, mas às vezes acontecia de alguns presos serem soltos mesmo havendo outra ordem de prisão. Da mesma forma, algumas pessoas que deveriam ser soltas continuavam encarceradas porque havia dificuldade nessa checagem se haveria ou não outra pena a cumprir", explica Vidal de Freitas.

Seis servidores irão atuar na nova central, três do Poder Judiciário e três da Sejus. Para garantir mais segurança na execução dos alvarás de soltura, os servidores farão o cruzamento de dados de sistemas como Themis Web, do Sistema Eletrônico de Execução Unificado e do Banco Nacional de Mandados de Prisão.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	31.10.2017	2	POLÍTICA

Órgão vai aprimorar a segurança pública do estado

Para o subsecretário de Justiça da Sejus, Carlos Edilson Sousa, a nova central vai aprimorar a segurança pública do estado. Ele afirma que as falhas que eram observadas anteriormente ocorriam por conta da grande quantidade de processos que era analisada pelos servidores da secretaria. "A demanda era grande e, como nós tínhamos poucos servi-

demorando um pouco mais. Agora haverá uma meta na central. Todo o dia os servidores receberão os alvarás até o meio-dia, e, durante a tarde, esses alvarás deverão ser cumpridos", pontua o subsecretário.

O desembargador Ricardo Gentil, corregedor-geral da Justiça do Estado do Piauí, e o secretário estadual de Justiça e Direitos Humanos, Daniel Oliveira, também par-

ticiparam da solenidade de inauguração da Central de Alvarás de Soltura, que está funcionando numa sala no quinto andar do Fórum Cível e Criminal Desembargador Joaquim de Sousa Neto.

"Esta Central estava funcionando há algumas semanas em caráter experimental, no âmbito da Vara de Execuções Penais, com excelentes resultados. É um serviço de grande relevância para o jurisdicio-

nado, que evitará complicações quando do cumprimento destes alvarás", destacou o corregedor-geral.

A medida leva em consideração a Resolução 108, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que trata sobre o imediato cumprimento dos alvarás de soltura, e a necessidade de melhor controlar a liberação de presos por ordem judicial.

(Cícero Portela)



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	31.10.2017	4	ARIMATÉIA AZEVEDO

O êxito do 8º Conid

A Uninovafapi realizou evento jurídico do mais alto nível, semana passada semana, trazendo para a mesa de debates, perante o seu corpo de alunos e professores, intelectuais dos mais diversos campos do Direito, todos notáveis e reconhecidos nacionalmente. A ideia foi examinar e debater temas jurídicos relevantes e contemporâneos, com o propósito de aprofundar e atualizar informações e conhecimentos, visando a formação de uma consciência crítica acerca do Direito brasileiro atual. Cercado de justa expectativa, o auditório da Uninovafapi esteve lotado todos os dias com importantes palestras que mobilizaram alunos e professores, inclusive de outras faculdades. Profissionais como o constitucionalista Pedro Lenza, o promotor e deputado estadual de São Paulo, Fernando Capez e o juiz Fernando Martínez, da Bahia, foram destaques, entre os notáveis que vieram de outros Estados. O Congresso Interdisciplinar de Direito (Conid), se realizou em sua oitava edição. Professor, Mestre, Doutor, o promotor Fernando Capez também foi entrevistado no Café com Informação (que vai ao ar na Band-PI no próximo sábado, 04) e www.portalaz.com.br, ocasião em que foi fustigado com perguntas do mais alto nível de especialistas do Direito, especialmente porque esteve presente o desembargador Edvaldo Moura, reconhecido como eminente processualista penal do Piauí, e a colaboração deste jornalista, agora igualmente estudioso das questões do Direito Brasileiro.